



ACÓRDÃO Nº1452/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11363/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas – FDT.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Martha Moutinho da Costa Cruz (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Michele de Melo Freitas e Araújo- OAB/AM 4822.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5101/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis do Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas – FDT. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** as Contas Anuais da Fundação de Apoio ao Idoso Doutor Thomas – FDT, referentes ao exercício de 2018, sob a responsabilidade da **Sra. Martha Moutinho da Costa Cruz**, em razão das restrições apontadas pela Comissão de Inspeção, e não totalmente sanadas, ressaltando-se ainda, que nenhuma das restrições tem, diretamente, potencial lesivo ao Erário, com fundamento no art. 22, II e da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Dar quitação à Sra. Martha Moutinho da Costa Cruz**, de conformidade com os arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 02/2002 RITCE-AM;
- 11.3. **Determinar** à origem, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, no sentido de:
 - 11.3.1 – Observar a existência de disponibilidades financeiras suficientes para adimplir com suas obrigações;



ACÓRDÃO Nº1452/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

11.3.2 – Realizar a inclusão no Portal da Transparência das dispensas de licitação relativas a todos os incisos do art.24 da Lei nº 8.666/93;

11.3.3 – Elaborar Termos Aditivos para pagamento de notas fiscais dentro da vigência contratual; e

11.3.4 – Manter esforços para que não sejam realizadas nomeações fora do prazo para inclusão dos movimentos de lançamentos da folha, para evitar pagamentos de multas e demais encargos, em virtude de atos e fatos ocorridos posteriormente ao fechamento da folha de pagamento do mês da ocorrência.

11.4. **Dar ciência à Sra. Martha Moutinho da Costa Cruz**, sobre o teor desta decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

11.5. **Arquivar** o presente processo por cumprimento de decisão.

12- Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 30 de agosto de 2022.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

14.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

14.2. Auditor presente e Relator, em substituição: Alípio Reis do Firmo Filho.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS DO FIRMO FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral